



	<p>PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>	
<p>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</p>		
<p>()PMTM ()SOCIAL (X)SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>		

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de fraldas em atendimento a Ordem Judicial da usuária: Thais Pinheiro Galante.

1.2. Especificação do produto/unidade / quantidade / valores / imagens ilustrativas / numero da ordem judicial:								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT	Valor Unitário	Valor Total	Imagens Meramente Ilustrativas	Referencia Pesquisada	Demanda Judicial
01	Fralda de boa qualidade. Tamanho: XXG Peso: para crianças de 14 a 20 kg. Dimensões: 18.5 x 35.0 x 41.5 Pacote com 140 unidades	Pacote	08	R\$ 199,90	R\$ 1.599,20		https://www.amazon.com.br/HUGGIES-Fralda-Supreme-Care-XXG/dp/B0BFXGY9B7/ref=sr_1_2?dib=eyJ2IjoiMSJ9.NjgLR114GU5a74Wyapip0dZK9KvPUv_pscb3YN1KRVSQIKs9cxUjYo334TuuwZVDRVfIdIPWvTz4rEGYorxSuctcHbr5EJ7TdJfSI5kOCZlq_RJDzarEJ1XONGY3lm9AoZmbb_7RpMP20O126x-rIUxsr95qHD-1ZNYnFi4EgTLUB8IjKBdPMK_5jvhL1ChrK1AYUfAjdLR8Seg5ff77k53_yGL_yhyBrBADGxOmKscyT0hL8tRwDZMHueBwXmrkA49tF4Eu0Zb_k2BHFGZHK9MU EPG_ftPRGm5vp6tvs4La8frru69H6D-lkJJeYkSjC4tZowo0J23GWQZas1pZK3s&dib_tag=se&keyw ords=fralda%2 Bhuggies%2Bx xg&qid=1719497983&sr=8-2&th=1	Nº 0000470-44.2017.8.19.0062 Paciente: Thais Pinheiro Galante

Observação: Conforme laudo médico, a solicitação de compra do referido item, tem-se como exemplo as marcas: Turma da Mônica / Huggies / Babysec, para que possamos estar de acordo com a Ordem Judicial assim como a solicitação médica.



	PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO	
TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA		
<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> () PMTM () SOCIAL (X) SAÚDE () EDUCAÇÃO </div>		

2. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/PRORROGAÇÃO/REAJUSTE (art. 6, XXIII, a, da Lei 14.133/2021)				
2.1.	Vigência Contratual (arts. 105 a 114 da Lei 14.133/21):	90	dias	
2.2.	Prorrogação do Contrato: Não haverá prorrogação contratual			
2.3.	Previsão de Reajuste (art. 92, § 3º da Lei 14.133/21): Não haverá previsão de reajuste			

3. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO
<p>3.1. A Constituição Federal afirma no Art. 196 que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”</p> <p>3.2. Tendo em vista ainda as diretrizes do Sistema Único de Saúde, estabelecidas pelo art. 198 da CF, realçando especialmente a universalidade, integralidade e descentralização, em destaque a responsabilidade solidária entre os entes federados no atendimento da saúde. Bem como, considerando o que dispõe o art. 2º da Lei 8.080/90: “Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”</p> <p>A presente aquisição do material solicitado visa manter o tratamento adequado para a paciente, atendido pela Secretaria Municipal de Saúde de Trajano de Moraes/RJ. O sucesso do processo vai viabilizar a realização de procedimentos e o tratamento adequado a paciente Thaís Pinheiro Galante e atenderá a Ordem Judicial Nº 0000470-44.2017.8.19.0062.</p> <p>Importante ressaltar que as quantidades acima informadas foram estipuladas através de receituário médico.</p>

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, b, da Lei 14.133/2021)
<p>4.1. Para os fins dos presentes autos, com base no aspecto discricionário conferido à Administração pelo art. 72, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021, entende-se que a menor complexidade do objeto enseja a prescindibilidade de estudo técnico preliminar.</p> <p>Contudo, mesmo com a ausência do ETP, fazem-se necessárias informações mínimas para contratação e cumprimentos dos dispositivos legais constantes no art. 72, da Lei nº 14.133, de 2021, capazes de maximizar o interesse público e a devida segurança jurídica, os quais veremos a seguir neste Termo de Referência.</p> <p>Foi definido pela administração a não empregabilidade do Estudo Técnico Preliminar - ETP, visto que, a contratação pretendida é de caráter emergencial e segue a Ordem Judicial Nº 0000006-15.2020.8.19.0062 da paciente Elenice Rodrigues Alves e Ordem Judicial Nº 0800137-83.2022.8.19.0062 da paciente Marlúcia da Silva Mota, que precisam ser atendidas com urgência mantendo o tratamento adequado para os referidos pacientes.</p>



5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6, XXIII, c, da Lei 14.133/2021)
<p>5.1. Por se tratar de um atendimento a uma Ordem Judicial, em caráter de urgência, faz-se necessário a contratação de uma empresa especializada no fornecimento imediato do material solicitado através de Dispensa de licitação emergencial.</p> <p>5.2. A contratada deverá fornecer garantia de, no mínimo, 30 dias nos serviços de revisão dos materiais confeccionados a contar da data de recebimento definitivo do objeto.</p> <p>5.3. As despesas de execução da garantia de serviços aqui citada deverão ser por conta da contratada, sem qualquer ônus para a contratante.</p> <p>5.4. Garantia de Execução do Contrato (modalidade prevista pelo § 1º, art. 96 da Lei n.º 14.133/21): Não será exigida.</p>
6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, d, da Lei 14.133/2021)
<p>6.1. Qualificação Técnica (conforme art. 67, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p> <p>6.2. Apresentação de documentos juntamente à proposta de preços: Serão exigidos posteriormente pelo Núcleo de Compras.</p> <p>6.3. Vistoria Prévia (observado os § 2º, 3º e 4º do art. 63, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p> <p>6.4. A apresentação de amostra e/ou demonstração dos (observado o § 3º do art. 17, Lei 14.133/2021): Não será exigido.</p>

	<p>PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>	
<p>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</p>		
<p>()PMTM ()SOCIAL (X)SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>		

<p>7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO (art. 40, § 1º, II da Lei 14.133/2021)</p>
<p>7.1. Por se tratar de Ordem Judicial, o prazo de entrega deverá ser feito em caráter de urgência. A entrega deverá ser feita de forma IMEDIATA, conforme contato e solicitação desta Secretaria, após recebimento de empenho pela empresa selecionada.</p> <p>7.2. O objeto do contrato deverá ser entregue nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde que posteriormente tomará as devidas providências. Rua João Guimarães, Trajano de Moraes - RJ, 28750-000</p> <p>7.3. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado assinado pelas partes, em até 15(quinze) dias.</p> <p>7.4. O objeto do contrato será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado assinado pelas partes que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.</p> <p>7.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e no Contrato, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades (base legal art. 140, § 1º).</p> <p>7.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não excluirá a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato (conforme art. 140, § 2º).</p>

<p>8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6, XXIII, e, da Lei 14.133/2021)</p>
<p>8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115, Lei 14.133/2021.</p> <p>8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115, da Lei 14.133/2021.</p> <p>8.3. A execução do contrato deverá produzir seus efeitos a partir de sua assinatura do instrumento contratual, obedecendo aos critérios estabelecidos nesse termo de referência.</p>

<p>9. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)</p>
<p>9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.</p> <p>9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.</p>
<p>10. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6, XXIII, g, da Lei 14.133/2021)</p>
<p>10.1. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, observando-se a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, em função do cumprimento do ar. 141 da Lei 14.133/2021.</p> <p>10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante emitir a Nota de Liquidação.</p> <p>10.3. Os documentos fiscais de cobrança deverão ser emitidos e direcionados ao Fundo Municipal de Saúde - Trajano de Moraes - CNPJ nº 12.995.547/0001-53, endereço Rua Cel. João Guimarães S/N, Centro - Trajano de Moraes RJ CEP 28750-000</p>

	<p>PODER EXECUTIVO MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES/RJ GRUPO PROVISÓRIO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS NÚCLEO DE PREPARAÇÃO</p>	
<p>TERMO DE REFERÊNCIA / CONTRATAÇÃO DIRETA</p>		
<p>()PMTM ()SOCIAL (X)SAÚDE ()EDUCAÇÃO</p>		

<p>11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6, XXIII, h, da Lei 14.133/2021)</p>
<p>11.1. A aquisição do objeto/a prestação dos serviços está fundamentada nos pressupostos do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021.</p>

<p>12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6, XXIII, i, da Lei 14.133/2021)</p>
<p>12.1. O custo estimado do atendimento da ordem judicial é de R\$ 1.599,20 (Hum mil, quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos).</p>

<p>13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6, XXIII, j, da Lei 14.133/2021)</p>			
<p>13.1. A(s) dotação (ões) orçamentária(s) por onde correrá a despesa é (são):</p>			
SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	RECURSO
Fundo Municipal de Saúde	18011030100352051	33909100	16350000

<p>14. DISPOSIÇÕES GERAIS</p>
<p>14.1. Não há disposições gerais.</p>

<p>Trajano de Moraes, 1º de Julho de 2024.</p> <p>Renato Martins Bueno Mat:4412</p>	<p>De acordo com Termo de Referência.</p> <p>Antônio Carlos de Azevedo Secretário Municipal de Saúde</p>
--	---